

Armon

FOLHETO

Nº.

199

DATA:

8 / 2 / 99

# HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO AMAZONAS

*Carlos Araújo*

BIBLIOTECA PÚBLICA  
DO ESTADO  
Manaus Amazonas

MFN  
1023  
C-11915

BIBLIOTECA PÚBLICA  
DO ESTADO  
MIRASSOL - AMAZONAS

# HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO AMAZONAS

*A Biblioteca Pública, este nome  
primeiro trabalho de pesquisas  
sobre japoneses no Amazonas  
Carlos Araújo*

**Carlos Araújo**

BIBLIOTECA PÚBLICA  
DO ESTADO  
Manaus Amazonas

*Amal*  
FOLHETO  
Nº 199  
DATA 08/02/1999

*ex. 2*



BIBLIOTECA PÚBLICA  
DO ESTADO

Manaus

Amazonas

### **Agradecimentos**

Ao povo japonês. Pelo seu amor e trabalho ao Amazonas.  
À Federação da Indústria do Estado do Amazonas - FIEAM, Biblioteca Pública do Estado, Museu Amazônico e ao jornalista Orlando Farias.

### **Dedicatória:**

A minha esposa, companheira e amiga Odetila, com amor.



# OS NOVOS HORIZONTES DO JAPÃO

## I - A REVOLUÇÃO MEIJI E O DESENVOLVIMENTO JAPONÊS

Com a Revolução Meiji, em 1868, o Japão passou por reformas estruturais em sua sociedade. O país, que, aproximadamente por quinze <sup>seculos</sup> ~~anos~~, manteve uma política de isolamento com o Ocidente, sem ondas migratórias significativas, a não ser contatos esporádicos com a China Continental, redefiniu seus objetivos nacionais, procurando inserir-se no contexto de mudanças geopolíticas, econômicas e tecnológicas, vivenciadas pelas grandes nações do mundo.

Superar a velha ordem feudal significava conhecer os novos processos de produção e vida do Ocidente, estabelecendo relações internacionais mais amplas e um intercâmbio técnico-científico, que conduzissem o país ao alcance de suas metas. Assim, numerosas missões foram enviadas à Europa e aos Estados Unidos para o aprendizado da civilização ocidental.

O governo convidava especialistas com os mesmos objetivos, iniciando, de forma paulatina, as primeiras tentativas de emigração para além-mar, em busca de novas experiências de vida.

O desenvolvimento agrícola e comercial impulsionou a indústria, que tinha o apoio decisivo do governo, e as mudanças econômicas reformulavam conceitos e perspectivas do país.

Era necessário enfrentar os desafios de um mundo que estabelecia uma nova ordem planetária. O Japão tinha de criar condições necessárias para conquistar sua modernidade e garantir sua inserção no mercado internacional, competindo com as potências ocidentais.

Para a execução de tais projetos, era importante assimilar as técnicas ocidentais, criando o Governo Imperial incentivos para a vinda de técnicos de outros países, interessados em trabalhar no Japão. Paralelamente, foi implantado um programa generoso de bolsa de estudos para os estudantes que decidissem viajar para a Europa e para os Estados Unidos, onde obteriam conhecimentos das ciências ocidentais.

## II - A IMIGRAÇÃO PARA A AMÉRICA E PARA O BRASIL

As mudanças estimulavam que os japoneses buscassem, fora do país, oportunidades lucrativas, com as quais pudessem retornar ao Japão, com um novo nível de vida.

Em 1868, um grupo de 153 pessoas emigram para as ilhas do Havaí. Em 1885, a onda migratória chega à costa dos Estados Unidos e, em 1889, ao Peru.

Apesar do desenvolvimento econômico, o país não tinha uma produção agrícola expressiva, seu território pequeno inviabilizava grandes projetos para a agricultura e a indústria, ainda incipiente, ressentia-se da falta de petróleo, ferro e carvão.

Para comprar insumos básicos, matérias-primas, os japoneses teriam que garantir um volume de exportação maior, mas, nos mercados conquistados no Sudeste da Ásia, o Japão deveria enfrentar a concorrência de mercadorias francesas, inglesas e holandesas.

Essa situação perdurou e, no início do século XX, o movimento migratório tornou-se uma opção de vida. O Japão era uma possibilidade futura e teria que lutar muito para conseguir realizar seus sonhos. Era um país pobre, com um grande contingente de pessoas, sem trabalho e renda, e cuja cultura básica era o arroz.

O Brasil era um país que também passava por transformações profundas em sua economia e necessitava de mão-de-obra, técnicas e conhecimentos para desenvolver-se. Os japoneses eram bem-vindos. Havia lugar para eles na emergente cultura do café em São Paulo.

Ao contrário de outros países de tradição imigrante, que fechavam as portas para os imigrantes japoneses, o Brasil aceitava-os e recebia-os para somar forças na tarefa de constituir os fundamentos de uma nação próspera e moderna.

Imigrar era investir em uma possibilidade diferente de viver, uma vez que, mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade japonesa, muitas tradições sobreviviam. Os costumes mandavam que as terras de cada família seriam do primogênito. Os filhos restantes ficavam sem terras para cultivar.

No Ocidente, eram colocados empecilhos, barreiras às pretensões dos



japoneses, que ficavam praticamente restritos a escolher como opção territorial um lugar na orla marítima da China e na Manchúria, também em terras chinesas.

O Brasil oferecia uma esperança para o projeto de imigração e, embora os brasileiros decidissem priorizar os europeus em relação aos japoneses, vistos com certa cautela por seu trabalho, o contingente de seu exército, considerado um dos cinco maiores do mundo, deixava atenta as nações anglo-saxônicas sobre o poder bélico dessa potência na Ásia: o Japão era também um competidor de mercado, com uma indústria que buscava mercado externo e matérias primas. Para isso, em 1875, estabeleceu uma série de acordos com a Rússia, com os quais conseguiu o domínio das ilhas de Bonin e Riukiu. Mais tarde, em 1884, pretendendo controlar a rica península da Coréia, havia declarado guerra à China, vencendo rapidamente a batalha e conseguindo um tratado vantajoso, que lhe cedia as ilhas de Formosa e Port Arthur e, ainda, reconhecia a independência da Coréia, que passou a ser zona de influência japonesa. Os grupos emigrante so Havaí, Estados Unidos e Peru tinham um objetivo comum: emigração temporária, com vistas ao sucesso rápido e fácil e plano de retorno ao país de origem. Haviam deixado suas famílias no Japão com a esperança de retornarem em breve, movidos pela propaganda desenvolvida pelas campanhas de emigração, que estimulavam a idéia de enriquecimento fácil.

Para o governo brasileiro, não era interessante ter imigrantes de curto prazo, sendo criadas normas para estabelecer o imigrante em território nacional, uma vez que a cultura do café exigia permanência na lavoura. As exigências do governo brasileiro foram determinantes para alterar essas perspectivas e sedimentar a inserção nipônica no país. O Estado de São Paulo, que recebeu os primeiros imigrantes, subsidiava em parte a passagem marítima que se destinava ao colonato nas fazendas de café e, em troca, exigia que os imigrantes vivessem em famílias, que contassem, pelo menos, com três "enxadas", isto é, três pessoas aptas para o trabalho. Assim, em 18 de junho de 1908, chegavam os primeiros japoneses ao Brasil, aportando em Santos, no velho cargueiro Kasato-Maru. Vinham com a família e isso, explica o sociólogo Hishoi Saito, facilitou a adaptação social dos recém-chegados, dada a facilidade e rapidez com que as crianças puderam aprender o manejo da nova língua. Em segundo lugar, a família, como unidade social e procriadora passou a pesar, de maneira expressiva, na composição demográfica, na transmissão cultural e no processo intercultural da comunicação.

### III - A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA A AMAZÔNIA

A partir dos resultados da colonização de São Paulo, o Amazonas, a exemplo do Pará, convidou os japoneses a virem explorar o Estado. Os primeiros contatos do Amazonas foram feitos no governo de Efigênio Sales, através da Companhia Kai-Gai Kobaishiki, povoadora da região de Iguapé.

Em 5 de maio de 1926, o embaixador Shishita Tatsuke chegou a Manaus para tratar do assunto. Em 28 de maio de 1926, aportava em Belém uma missão científica japonesa, que se destinava a escolher os locais mais convenientes para a instalação dos emigrantes. Dois anos depois, o Pará cedia 1.030.000 hectares de terras para Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A, dos quais 400.000 em Monte Alegre, 600.000 no Município do Acará e três lotes de 10.000 hectares em Marabá, Conceição do Araguaia e região bragantina. Em 1º de janeiro de 1929, a Companhia iniciou suas atividades em Tomé-Açu. Os primeiros emigrantes vieram de Santos e do Rio. Eram Joshio Toda, Seita Saibara, Tedusu Vabrano e Massao Toda. Em 16 de setembro, chegavam no Manila Maru cerca de 185 colonos, levados, no dia 23, para aquela colônia.

Também foi iniciada a colônia de Monte Alegre, onde, até hoje, existem 100 famílias.

No Amazonas, esteve, em 1927, uma Comissão Científica, formada por Tadao Kubawara, Gensaburo Yamanishi, industrial Kinroku Awasu, Sunau Nakarai, médico e professor da Universidade de Kioto, Tomshika Hori, Yaeno Matsuo e Chichita Ohashi.

Segundo o historiador amazonense Antônio José Souto Loreiro, em 21 de março daquele ano, eram dadas três opções de terras a Gensaburo Yamanashi e Kinroku: a primeira, entre o Sucunduri, Madeira, Amazonas, Canumã, Paraná do Ramos, Maués e Parauari, até o 6º S; a segunda, entre o Tefé e o Coari; e a terceira, entre o Cabori e o Timbira. Comprometia-se a Companhia a introduzir 10.000 famílias em 50 anos.

Em 20 de outubro de 1928, Kossaku Ohishi recebia 25.000 hectares de terras em Maués e, em 19 de dezembro de 1929, chegava a Belém o navio La Plata Maru, trazendo 242 colonos, dos quais 192 foram para o Acará e 50, para Maués. Estes últimos iam trabalhar no Amazon Kogio

Kaisha, de que era Diretor-Gerente o Capitão de Fragata T. Swayanagui, e subgerente Kopssaku Ohishi, fundador da povoação Salesshi.

Em 1929, Tsukasa Uetsuka fundou a Companhia Industrial Amazonense, que adquiriu 100.000 hectares de terras e estabeleceu a colônia de Vila Amazônia, em Parintins, povoada com 100 famílias.

Na colônia de Tomé-Açu, os japoneses iniciaram a plantação da pimenta-do-reino na região. A variedade asiática sub-oriental foi introduzida em 1933, por Makinosuke Usui, que não prosperou. Enji Saito e Tomoru Kato conseguiram aclimatar a variedade, que a partir de 1943, se tornou uma das riquezas amazônicas.

Para a Vila Amazônia, Uetsuka trouxe sementes de juta e, apesar de terem mandado à Índia o engenheiro Isaku Kino, a cultura não prosperou. Em 20 de outubro de 1933, Ryota Oyama encontrou dois pés de juta em seu sítio, um dos quais feneceu. Da única planta sobrevivente, foram feitas sementeiras no período de 1933 a 1936. Em 1937, Oyama e Yoshima Nakauchi conseguiram as primeiras nove toneladas de fibras - iniciava-se o cultivo de outra riqueza da região.

## IV - A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O AMAZONAS

Chegando a Belém, Kinroku Awazu, que acompanhou o embaixador Tatsuke na viagem à Região Norte, decidiu mudar o rumo de sua vida. Numa carta, comunicou sua decisão a Tsukasa Uyetsuka, seu conterrâneo de Kunamoto, ex-colega da Escola de Comércio de Kobe.

Fusako Tsunoda conta que Uetsuka acabava de demitir-se do cargo de secretário do então Ministro de Agricultura, Korekiyo Takahashi, para ocupar o cargo de redator do jornal Chuo Shimbun, do Partido Seiyûkai, que tinha interesse especial pelo problema da imigração.

As possibilidades de realizar bons negócios atraíram também a atenção de Gensaburo Yamanishi, um empresário bem-sucedido, que acumulara uma fortuna de um milhão de ienes, dinheiro considerável na época, e estava viajando para o Brasil em busca de bons investimentos. Com uma carta de Uyetsuka, encontrou Awazu no Rio de Janeiro e os dois vieram investir em terras amazonenses.

Apoiados pelo embaixador Akira Ariyoshi, sucessor de Tatsuke, firmaram,

em março de 1927, com o Governo do Amazonas, um contrato de cessão de uma área de um milhão de hectares. Em dois anos, deveriam providenciar a vinda de imigrantes para a colonização das terras cedidas. Ao retornar ao Japão, Yamanishi, porém, constatou que não dispunha de mais de um milhão de ienes para o empreendimento. Os negócios tinham sido abalados e isso poderia inviabilizar o envio da missão de estudo para levantamento de áreas a serem colonizadas. Sem definição desse processo, perder-se-ia a cessão do governo amazonense. Faltava-lhe dinheiro para prosseguir com a idéia e resolveu procurar Uyetsuka, para informá-lo da fatídica situação que ameaçava o projeto, sendo necessário que o governo interviesse e ajudasse na viabilidade da colonização das terras amazônicas. Uyetsuka sensibilizou o primeiro-ministro Giichi Tanaka, também Ministro do Exterior, para a necessidade de uma ajuda oficial, que foi liberada, assegurando que uma missão de seis integrantes, chefiadas por Awazu, escolhesse uma área de 300 mil hectares e conseguindo, ao mesmo tempo, prorrogação por mais dois anos para escolher o restante das terras do contrato.

## V- UYETSUKA ASSUME O PROJETO DE COLONIZAÇÃO

**P**or motivos pessoais, Uyetsuka acabou assumindo o projeto. Para a segunda missão de estudos, foram conseguidos recursos junto ao Takumushô, o Ministério da Colonização, contribuições de particulares, verbas que permitiram sua viagem em junho de 1930 para o Brasil.

Uyetsuka liderou uma missão de vinte e um membros, selecionados na colônia japonesa do Sul do Brasil, tendo Awazu como subchefe. Em Manaus, o grupo conseguiu uma embarcação com o governador Efigênio Sales e partiu à procura de um lugar que não apresentasse registros de doenças endêmicas, como a malária. O médico Masakazu Sassada fez minuciosa coleta de sangue de pessoas nas áreas visitadas, a fim de definir a existência ou não de endemias que pudessem comprometer o empreendimento. Uyetsuka também buscava um lugar que pudesse ter um porto, capaz de permitir a atracação de navios de até dez toneladas. Depois de dois meses de viagem, tendo como base de operações a Vila Amazônia, ex-Vila Batista, o grupo retornou a Manaus. O levantamento

das áreas estava feito e seria apresentado ao governo.

A área escolhida ficava entre Itacoatiara e Parintins, estando assim definida: Itacoatiara (200 mil hectares), Urucará e Uricurituba (100 mil hectares), Barreirinha (400 mil hectares) e Parintins (300 mil hectares).

Ao chegarem, foram surpreendidos com os acontecimentos que efervesciam o País: Getúlio Vargas, com o apoio das Forças Armadas, sepultava a Velha República e tomava o poder no Rio de Janeiro. Os primeiros atos do novo governo proibiam o governo estadual de firmar contratos de cessão de terras.

O Amazonas viveria as nuances políticas da época, com vários governos, alguns de vida efêmera. Com a posse do novo governador, Álvaro Maia, vinte e seis contratos foram rejeitados. O único reconhecido foi o da cessão de terras a Uyetsuka, que, em dezembro daquele ano, voltou para o Japão, deixando quase a totalidade dos membros da missão em Vila Amazônia, conta-nos a escritora Fusako Tsunoda.

Aguardando os resultados do fim da Velha República, principalmente a cessão de terras, que seria ainda alvo de uma intensa campanha contrária na Assembléia Legislativa do Estado e no Senado, Uyetsuka retornou em dezembro. Os japoneses, contudo, tinham também seus defensores, entre eles, os deputados Vivaldo Lima, Paulo Gonçalves e Leopoldo Neves, que, na tribuna da ALE, se posicionaram a favor da imigração nipônica para o Amazonas.

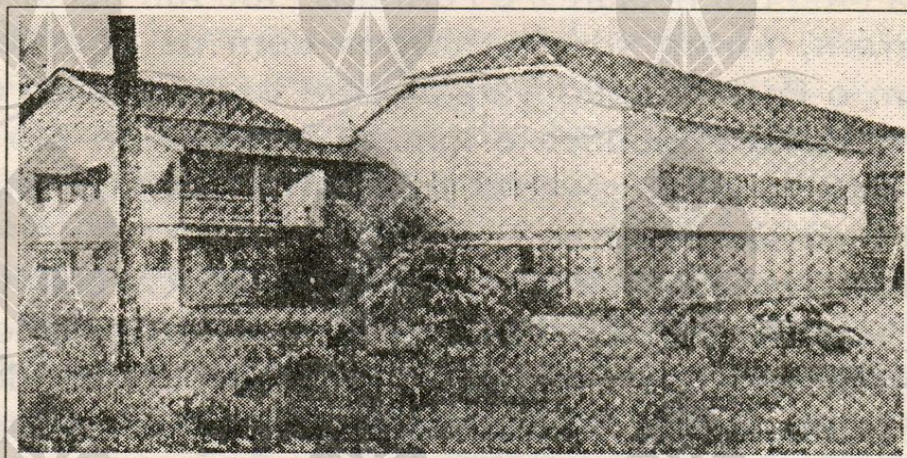
## VI - VILA AMAZÔNIA: DESAFIO JAPONÊS NO AMAZONAS

**A** Vila Amazônia, ex-vila Batista, no município de Parintins, localizada nas aflúências do Rio Amazonas e do Paraná do Ramos, foi o local



*Escola Superior de Colonização, em Tokio (Japão), onde estudam os agrônomos que vêm se localizar em Parintins (Amazonas)*

onde Uyetsuka decidiu iniciar o empreendimento. A floresta virgem começou a ceder espaços para as futuras instalações de vários tipos de indústrias: serrarias, usina de beneficiamento de pau-rosa, olaria, fábrica



*Edifício principal da Villa Amazonia*

de mosaicos, beneficiamento de arroz em larga escala, fábrica de farinha totalmente mecanizada e um grande engenho na fabricação de aguardentes e mel de cana.

Com os caboclos da região, o mestre Riji-ro Masunaga, que acompanhou Uyetsuka na viagem, iniciou a construção da sede, providenciando também a edificação da Estação Experimental, do Posto Meteorológico, do hospital, da escola, pois, no ano seguinte, em 1931, chegaria o primeiro grupo de colonos, constituído de formandos, que trabalhariam em terra amazônicas.

Ainda em 1930, antes de vir para o Brasil, Uyetsuka compreendeu que a colonização de terras tão distantes dependia também de uma preparação sistemáticas, que pudesse servir de alicerce àqueles colonos. Foi quando fundou, no bairro de Setaya, em Tóquio, uma escola de colonização, mais tarde, em 1932, transferida para Kanagawa-ken, berço dos conhecidos kotakusseis.

Dentro da Escola Superior de Artes Marciais, a Kokushikan Budosenmon Gakko, a Escola Superior de Imigração criada por Uetsuka, passou a selecionar, através de testes, futuros imigrantes. O pré-requisito era ter o curso ginásial.

Em Vila Amazônia, foi criado também o Instituto de Pesquisa da Amazônia, inaugurado em grande estilo, com presença de autoridades do município de Parintins e outros municípios amazonenses.

No Instituto, foram estabelecidos quatro setores: agricultura, meteorologia, saúde e estudos e pesquisa. Uyetsuka assumiu a direção geral e designou para cada área uma pessoa responsável.

Em Vila Amazônia, um profícuo trabalho foi mudando a natureza. Entre a floresta e os rios, nasciam estradas, casas para funcionários, casas para comércio, centro de pesquisas, hospital e um porto.

## VII - A ESCOLA SUPERIOR DE IMIGRAÇÃO

A Escola Superior de Imigração funcionava com o ensino de matérias básicas de Geografia da América Latina, Língua Portuguesa, Noções de Agricultura, Construção Civil, Pesquisa de Aproveitamento de Produtos Primários, Veterinária e Educação Física.



*Dr. Tsukasa Uyetsuka*

No ano de 1931, Uyetsuka viu parte de seu grande projeto estruturar-se. Forma-se a primeira turma de *kotakusseis*, com 47 alunos, que foram direcionados para os serviços de agricultura, em um lote de dois hectares num lugar conhecido por Naborito, Tóquio, onde começaram a colocar em prática seus ensinamentos, uma vez que a grande maioria, de famílias de média e alta sociedade, não tinha experiência com o cultivo da terra.

Em Naborito, foi construída a Escola Superior de Imigração do Japão, tendo como vice-diretor Kotako Tsuji.

O projeto continuou e as dificuldades apresentavam-se sempre, mas não faziam Uyetsuka e os japoneses desistir. A segunda turma, em parte, não pôde ampliar seus ensinamentos por ter de participar dos

serviços de construção básica, como a abertura de estradas, construções de locais de estudo e trabalho da nova escola.

Em atividades direcionadas para a colonização da Amazônia, segundo os

kotakusseis, a escola formou 248 alunos: 42 (primeira turma), 58 (segunda), 79 (terceira), 39 (quarta), 14 (quinta), 12 (sexta), 4 (sétima). Incluindo famílias e amigos que vieram juntos, estimam cerca de 150 pessoas.

Esses japoneses também receberam em Parintins o apoio para aprender a nova língua. Com dedicação, a professora Alzira de Queiroz Saunier, ensinou-lhes com carinho a gramática. Com ela, os kotakusseis adquiriram grandes conhecimentos não só da língua portuguesa, mas também dos costumes e hábitos dos amazonenses. Para o escritor Tadeu de Souza, radicado em Parintins, com Alzira Saunier aprenderam na "cartilha de nossa língua o amor à nossa gente".

Com as mudanças ocorridas no Brasil e a elaboração de uma nova Constituição, o projeto dos kotakusseis ficou prejudicado. A Lei 130 proibia a posse de extensas terras por estrangeiros. Uyetsuka, apesar dos esforços, não conseguiu convencer o governo amazonense a manter a cessão de um milhão de hectares. O nacionalismo muito forte da época prejudicava qualquer alternativa mais conciliatória.

Em 1936, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, o deputado Antovilla Vieira abriu campanha intensa contra a concessão de terras. Dizia, citando Álvaro Maia, autor do estudo "Povoamento do Vale Amazônico", que o Amazonas devia selecionar melhor os estrangeiros que viessem para a região, sob pena de representar uma ameaça para a nacionalidade brasileira e para a soberania do país. Vieira acrescentava que trazer americanos negros e japoneses, com o intuito de projeto de colonização, era temerário.

Denunciando o que chamava de o "perigo amarelo na Amazônia", acrescentava que, ao contrário dos japoneses de São Paulo, uma minoria frente à maioria brasileira, os nipônicos na Amazônia poderiam construir em terras amazonenses "o paraíso de Buda".

Vieira dizia-se preocupado com a concessão de extensas áreas de terras contínuas a estrangeiros pelos perigos que poderiam representar. Para ele, um programa de colonização não deveria ser realizado em terras contínuas como se pretendia no Amazonas. Ademais, as áreas escolhidas eram as mais ricas do Estado. Em 9 de junho de 1936, na ALE, apresentava projeto de revogação da cessão de um milhão de hectares aos japoneses.

Idéias similares às de Vieira também ressoavam na imprensa e no Senado com o senador Leopoldo Tavares de Cunha Melo. A situação internacional também estava adversa e Vieira citava que o poderio bélico japonês estava sendo bem observado pelo Ocidente: os ingleses construíram uma base



naval em Cingapura e uma base aérea em Hong Kong; os russos estavam mais presentes na Sibéria e concentravam forças na Mongólia; os EUA estabeleciam defesas no Pacífico, com bases nas Filipinas, Havaí, Alasca e Alencianas.

O Japão também estava bem menos interessado na colonização das terras, em virtude das distâncias e das dificuldades. Seu objetivo imediato eram as terras da Manchúria, mais próximas e de interesse militar maior.

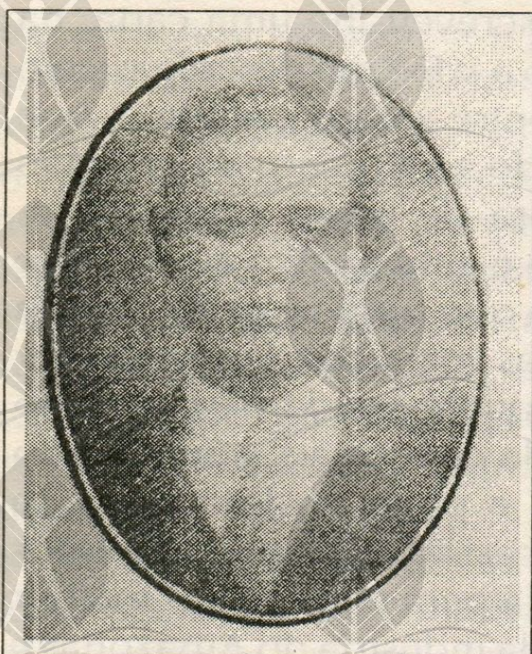
Sem a concessão de terras, o projeto foi inviabilizando-se em seus contornos iniciais, mas Uyetsuka não o abandonou, mesmo com a campanha contrária desenvolvida no Japão e o fechamento da Escola Superior de Imigração do Japão.

Era preciso continuar, mesmo sem a concessão. O futuro seria construído. E Uetsuka não esqueceu o empenho de Vivaldo Lima em defesa do projeto de colonização. Em 11 de março de 1938, escreveu-lhe uma carta, na qual apresentava "Respeitosas saudações. Rogo a V.Ex<sup>a</sup> mil desculpas pelo meu longo silêncio. Espero que V.Ex<sup>a</sup> se encontre em boa saúde, o que muito estimo. Exprimo a V.Ex<sup>a</sup> o meu profundo sentimento de gratidão pelo seu benévolo apoio dispensado à obra de nossa companhia. Sobretudo é para mim inolvidável o poderoso e entusiástico auxílio que nos dispensou no ano de 1936, na ocasião em que surgiu o problema da concessão. Naquele tempo entrevistei-me várias vezes com o governador do Estado, chegando à conclusão de que naquele estado de coisas no Amazonas era cedo para tratar do problema da concessão, sendo muito provável causar a excitação do parlamento e povo do Estado, se se discutisse imprudentemente a questão da concessão. Portanto, retiramos todas as propostas e voltamos à Vila Amazônia para empregar o melhor esforço, exclusivamente no desenvolvimento da indústria do Amazonas e demonstrar, por esta forma, que nós não temos outro fim senão o de caráter meramente econômico. Portanto, fizeram-se várias reformas na organização da empresa, e, tanto os funcionários como os imigrantes, enxergando um clarão de esperança, estão trabalhando com todo o entusiasmo e serenidade. Realmente, em 1937, produzimos cinco mil sacos de arroz alguns milhares de alqueires de farinha de mandioca. Quanto à juta originária da Índia, temos feito, no Instituto, experiências de sua cultura com enormes sacrifícios desde 1930, e obtivemos afinal o resultado ótimo. Assim, fornecemos já ao mercado, no ano passado, os primeiros produtos. A colheita desse ano da juta está para muito breve. A juta da Índia foi cultivada originariamente, há cem anos, em 1837, na bacia do rio Ganges. A quantidade que se exportou naquele ano para o

mercado de Londres foi apenas de dezoito toneladas. A produção cresceu, porém, de ano para ano, sendo recentemente de oito a dez milhões de fardos. Por esta forma, a juta tornou-se uma mercadoria de primeira importância na exportação da Índia, dominando o mercado mundial".

## VIII - KOTARO TSUJI E O SONHO DA JUTA

**K**otaro Tsuji muito se esforçou, como vice-diretor, para que a Escola Superior de Imigração alcançasse seus objetivos. A exemplo de Uyetsuka, Tsuji era um interessado no problema da imigração, preocupação que lhe surgiu quando estudante na Escola Superior de Comércio de Kobe



*Dr. Kotaro Tsuji - Diretor-gerente da Companhia Industrial Amazonense S.A., e contratador do plantio da juta, em nome da Companhia, com o Estado do Para.*

e ouviu de Shôsuke Koizumi, conterrâneo de Shigaken, o quanto era lucrativo o cultivo da juta.

A juta era um sonho que alimentava suas ações vinculadas à imigração e, assim pensando, em 1928, quando esteve no Brasil, aproveitou para levantar dados sobre as condições possíveis na implantação dessa cultura em solo brasileiro. Em Manaus, também teve oportunidade de saber que o governo amazonense estava interessado nesse projeto.

O governo do Amazonas entusiasmou-se tanto com a idéia que municiou Tsuji com informações de dados relacionados à questão. A notícia espalhou-se e os amazonenses também se entusiasmaram com a nova perspectiva, em um Estado que vivia ainda as agruras de um fim de

prosperidade e fausto com a borracha.

A cultura da juta apresentava-se como um bom investimento. Para uma experiência concreta sobre sua viabilidade no Amazonas, Tsuji solicitou à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, sementes, tendo seu pedido negado sob a alegação de que não podiam exportar para outros Estados.

Tsuji não desistiu e, com estratégia, conseguiu dois quilos de juta, que

foram enviados para a Escola de Agronomia de Manaus e o restante para



*Prensa para enfardamento da juta, na Índia*

Noboru Yamauchi . Do Amazonas, voltando para o Japão pelo Porto de Santos, oportunidade em que conheceu Awazu, descreve Tsunoda que esse encontro serviu para aproximar dois homens, que tinham objetivos coincidentes. Ambos tinham estudado na Escola Superior de Kobe, acreditavam nas potencialidades econômicas amazonenses, mas divergiam quanto à cultura a ser implantada. Para Awazu, os negócios deveriam ser direcionados para o cultivo do arroz, com o que discordava Tsuji, enfatizando que os amazonenses em geral não se alimentavam de arroz, e, mesmo o café enfrentava problemas pelo excesso de produção, obrigando os brasileiros a queimá-lo para manter preço no mercado internacional.

Além do mais, culturas como a da castanha levavam até uma década para dar retorno. Seria difícil manter a colônia japonesa no Amazonas com essas perspectivas.

Fazendo defesa fervorosa da cultura de juta, Tsuji convenceu Awazu para que investisse na produção daquela fibra valiosa para o Brasil, uma vez que o País a importava da Índia. O mercado externo também tinha uma procura



*Marceração da juta na Índia*

expressiva, e, com seu curto ciclo, poderia garantir resultados mais rápidos no programa de colonização.

Mesmo que, em julho de 1930, Tsuji tenha sido informado por Yamauchi que o plantio das sementes vindas de São Paulo não tinham dado certo, procurou não desistir.

Também ao regressar ao Japão, Uyetsuka havia deixado, na colônia, sementes de juta que conseguira no Japão e em São Paulo, recomendando que plantassem no começo das chuvas.

## IX - AS COLÔNIAS DA BOA ESPERANÇA E ANDIRÁ

A primeira turma de kotakusseis, que foi para Vila Amazônia, iniciou o plantio da castanha-do-pará, guaraná, arroz, mandioca, mantendo-se por um ano. Depois se separam, para iniciar, cada um, sua própria plantação, escolhendo o Paraná do Ramos, na ramificação de um afluente do Rio Amazonas, o rio Uiacurapá, onde nasceu a Colônia de Boa Esperança.

Depois de um ano de trabalho em Boa Esperança, sem resultados efetivos, uma vez que não tinha para quem vender a produção, resolveram voltar a Vila Amazônia. Uma parte daqueles kotakusseis foram para o Sul do País.

Em 1933, o Instituto criou a colônia-modelo de Andirá, sob a responsabilidade de Sakai Oti e Massatoshi Takamura, para onde os colonos da Boa Esperança também se dirigiram.

Foram para Andirá as famílias de Fukue Mizono, Keiji Izumi, Yukio Sato, Massaharu Hidata, Tadao Harita, Jun Kinibune, Saburo Baba, Norio Yanomoto, Issao Kaneko, Matsuki Koyama, Motokiti Oohira, Akira Yoshimura, restando apenas a família de Takato Ocishi, que mais tarde vendeu seu terreno para Shiintiro Mori.



*Escritório da Administração da Colônia do Andirá, principal núcleo da juta amazonense.*



*Sr. Rioto Oyama*

Esses colonos receberam terrenos que mediam cerca de 100 metros de frente por 200 de fundo; alguns chegavam a 500 metros de fundo. Para aumentar o tamanho da área, eles desmataram ainda mais o terreno, ampliando-o para 200 metros de frente por um quilômetro de fundo, subdividido em quatro setores: Tauaquera, Santa Luzia, Fonte Boa e Doce. Duzentas famílias ocupavam essa Colônia, até a sétima turma da Escola Superior de Imigração.

Optando por culturas de longo e médio prazos, os colonos desenvolveram plantio de castanha, seringa, café e guaraná. A falta de mercado, contudo, ainda era um problema. Não havia compradores para a produção, sobretudo para a produção agrícola de curto prazo, como o

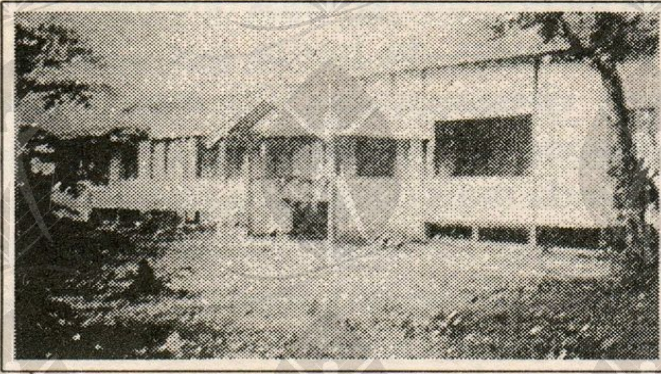
arroz. Os outros produtos demoravam mais tempo para terem retorno econômico.

Por não desenvolverem técnicas de transformação dos produtos das safras em outros subprodutos, a produção estragava e não se conquistava mercado, desanimando a muitos. Havia também o problema dos solos pobres, fazendo com que muitos fossem para o Sul do Brasil.

Em 1933, Tsuji retornou ao Brasil e decidiu colocar em prática o plantio da juta. A Colônia de Andirá foi desativada.

## **X - PLANTANDO A JUTA**

O plantio da juta sempre foi uma esperança dos colonos japoneses no Amazonas. As terras tinham semelhança com as da bacia do Ganfes, principalmente as várzeas. Em 1931, sob a orientação do engenheiro agrônomo Emon Araki, foram feitas várias experiências, porém sem resultados concretos. Emon, formado pela Escola Superior de Silvicultura de Kagoshima, iniciou uma estação experimental na ilha



*Hospital da colonia do Andirá*

Formosa, assim batizada pelos japoneses, em homenagem a Taiwan. Em Formosa, os nipônicos já desenvolviam a cultura por cuja aclimação em Parintins estavam lutando. As sementes eram indianas e enviadas de São Paulo por Ryoji Noda.

Em 05 de dezembro de 1931, repetiram-se as experiências e as sementes foram semeadas num terreno de 30 metros quadrados na ilha da Várzea. As sementes tinham sido enviadas pelo cônsul japonês em Calcutá. As plantas, contudo, não atingiam mais de um metro e meio de altura.

No ano de 1932, as experiências foram retomadas. As companhias Teikoku Seima e Taisho Seima (de preparação de cânhamo) e Toyo Boseki (de fiação), analisaram as fibras e revelaram que a qualidade não era inferior à indiana. Naquele ano, Uyetsuka mandou de Tóquio para a Índia o professor Assáku Kino, para um estudo no local. Kino veio depois para o Amazonas, para acompanhar o trabalho dos colonos, fundando a colônia modelo de Ângela, diz Fusako Tsunoda.

Novas experiências foram realizadas sem sucesso em dezembro de 1933. Em princípio de 1934, Ryota Oyama observou, no seu lote, no Paraná do Ramos, que duas plantas sobressaíam, desenvolvendo-se retamente com duas polegadas de diâmetro. Yoshimasa Nakauchi também acara plantas diferentes.

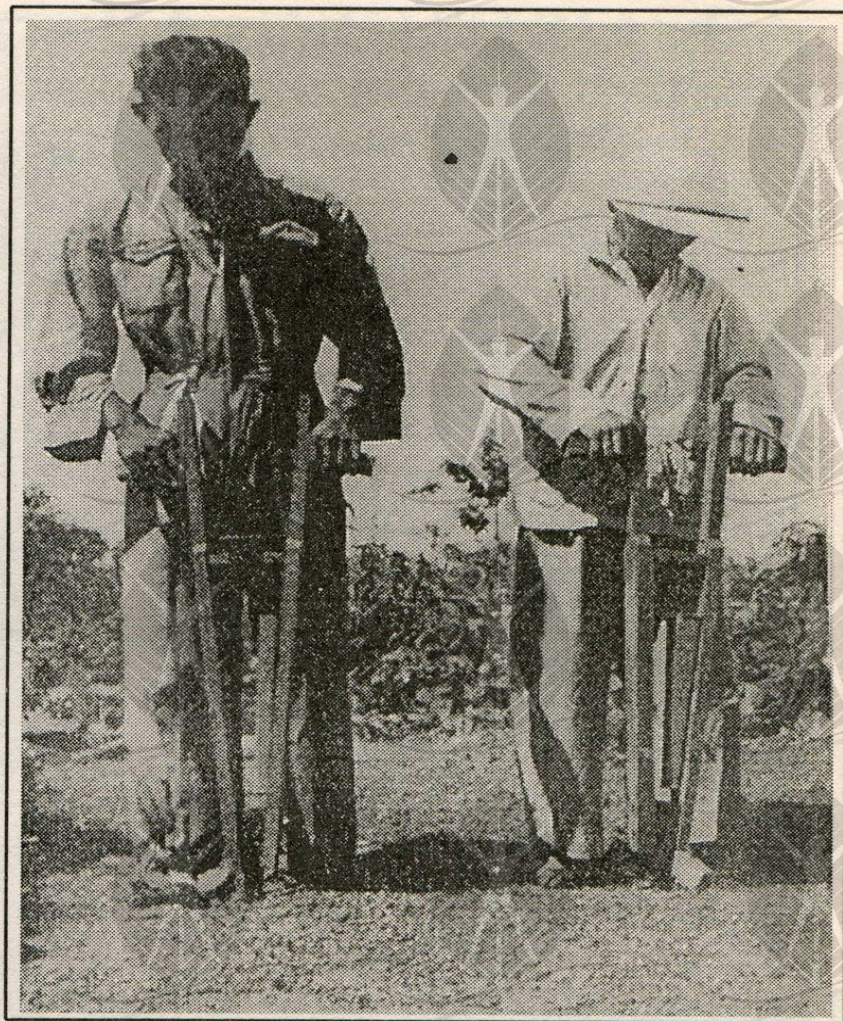
As esperanças avivaram-se. Tsuji ficou muito feliz. Felicidade que quase quando em uma manhã, Nakauchi lhe comunicou que as plantações tinha sido invadidas pelo gado. Restavam, agora, somente os dois pés de juta de Oyama.

Com as chuvas, o rio Ramos cresceu e a água começou a tomar o terreno. As águas derrubaram um dos pés e o último continuou crescendo por mais três meses, atingindo a altura de quatro metros.

As águas começaram a apodrecer o caule. Uma flor mirrada, contudo, produziu doze caroços; semeados no jardim de sua casa, germinaram, obrigando a família a manter uma vigilância permanente sobre insetos e predadores, para evitar acidentes.

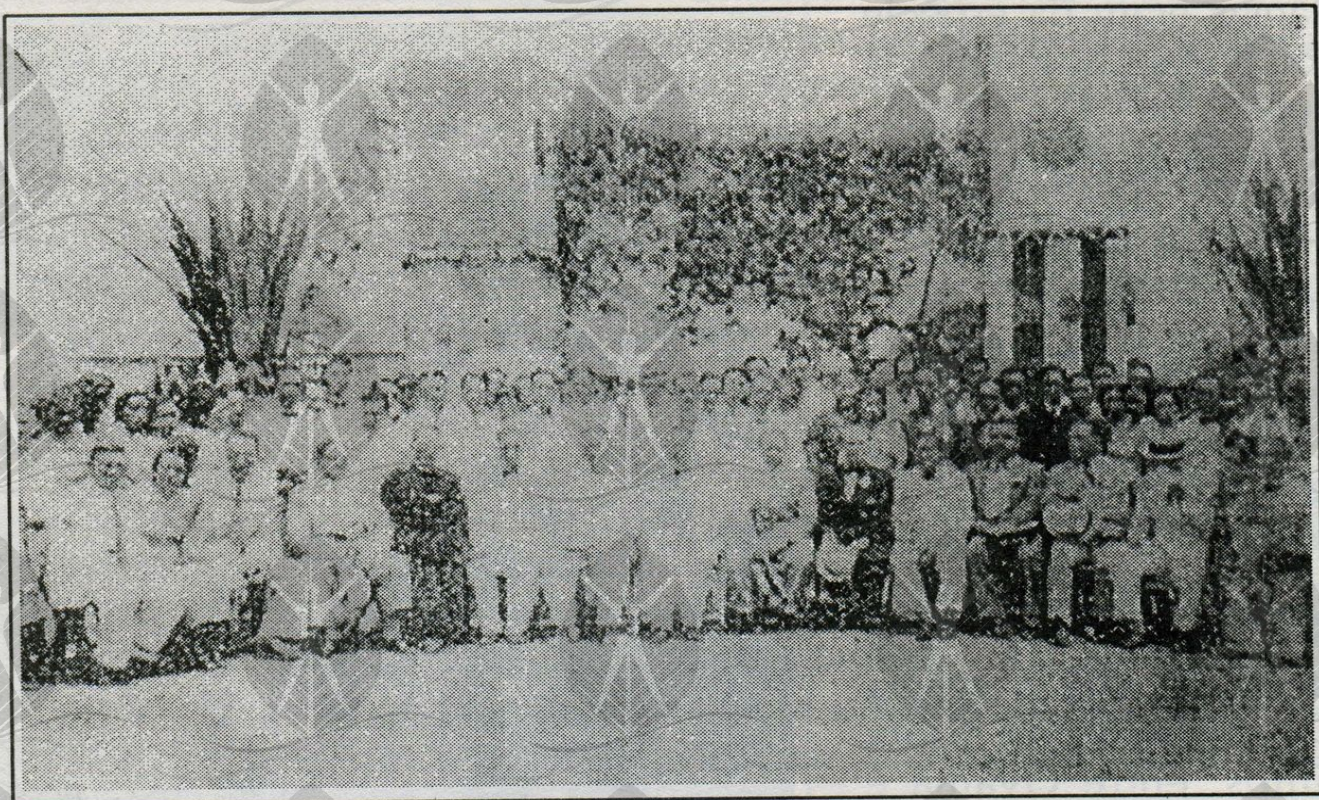
Oyama conseguiu mais sementes de dez pés de juta, e no plantio foi feito em Ângela. Outra parte foi plantada por Takashima em Vila Amazônia. As

plantas eram da espécie *Corchorus Capsularis*, de Linneu. Em 1936, Oyama estabeleceu-se na ilha do Máximo, para praticar a cultura em maior escala. Convencido das boas perspectivas que tinha o negócio, Uyetsuka resolveu fundar a Companhia Industrial da Amazônia, responsável, em 1936, pela distribuição da nova variedade, que já atingia a quantidade de trinta quilos, entre Oyama e Nakauchi. Da primeira colheita, de nove toneladas, uma parte foi enviada a Belém, no navio Tenente Volterra. A firma Martim Jorge surpreendeu-se com a qualidade da fibra, fechando um contrato vantajoso para a Colônia. Em 07 de julho, seguia a primeira produção comercializada com a empresa, considerada, quase no seu total, de alta qualidade.



*O julticultor Rioto Oyama e seu filho Kazuma fazem demonstração do plantio mecânico ( Acervo: Admar Thury)*

As famílias que tinham abandonado o plantio de juta retornavam. As esperanças renasciam. Em 1938, o sucesso era real. Os colonos abandonavam as partes altas e vinham para as várzeas. Em 1939, uma extensão de mil quilômetros servia de plantio no rio Amazonas. Os caboclos participavam da grande empreitada e dos sonhos dos imigrantes. Segundo Vivaldo Lima, foram plantadores da juta em 1937 e 1938, no Amazonas, os colonos japoneses Ryota Oyama (Ilha do Máximo), Masayoshi Nakauti (Vila Amazônia), Sotaro Hara (Ilha Caripuna), Ishihara e irmão, Hinji Ikegami, Ittetsu Sasaki (Sant'Anna), Masaiti Tani, Yuji Otani, Kanji Kokai (Bom Remédio), Taikiti Yoshii Yoshii (Santa Rosa), Masanori Fujishima, Mitsuo Yakushiji, Taro Yamasaki, Kumekiti Serizawa, Teiji



*Comemoração do décimo ano de fundação de serviços na Vila Amazônia, 21/10/940*

Hoshihara, Munco Shimpo, Ikuo Haji, Akira Ozaki, Hitoshi Kurokawa, Masaju Aoki e Goro Suzuki (Ilha de São Vicente).

Em 1939, começava a guerra na Europa, dificultando a importação de fibra indiana, subindo o preço no mercado. A Cia Industrial da Amazônia expandia seus negócios. Kotaro Tsujo foi a Índia observar a realidade local. Depois dirigiu-se ao Japão, de onde trouxe um grupo de quinze a dezesseis noivas para os rapazes da escola.

A nova espécie de juta foi chamada de Oyama, em homenagem ao velho colono, cujo trabalho e dedicação era responsável por aqueles tempos benfazejos. Ryota Oyama viera para o Brasil já cinquentenário. Era o mais velho dos imigrantes. Nascera em 1º de dezembro de 1882, chegando a Parintins em 1933, onde faleceu em 16 de maio de 1972, quando estava trabalhando no quintal de sua casa, comenta o parintinense João Jorge de Souza.



## XI - A CRIAÇÃO DA INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA S.A.

O Instituto de Pesquisa Industrial, criado em 1931, não foi suficiente para custear todo processo de comercialização da juta, sendo necessário criar uma estrutura empresarial que pudesse atender ao



A) Ramo e folha em tamanho natural B) Flor aumentada 13 vezes C) Fruto ampliado 7 vezes



apoio empresarial.

Em outubro de 1935, foi inaugurada a Indústria da Amazônia S.A., tendo como presidente Uyetsuka. Foram estabelecidas também filiais em Belém, Santarém, Manaus e Itacoatiara.

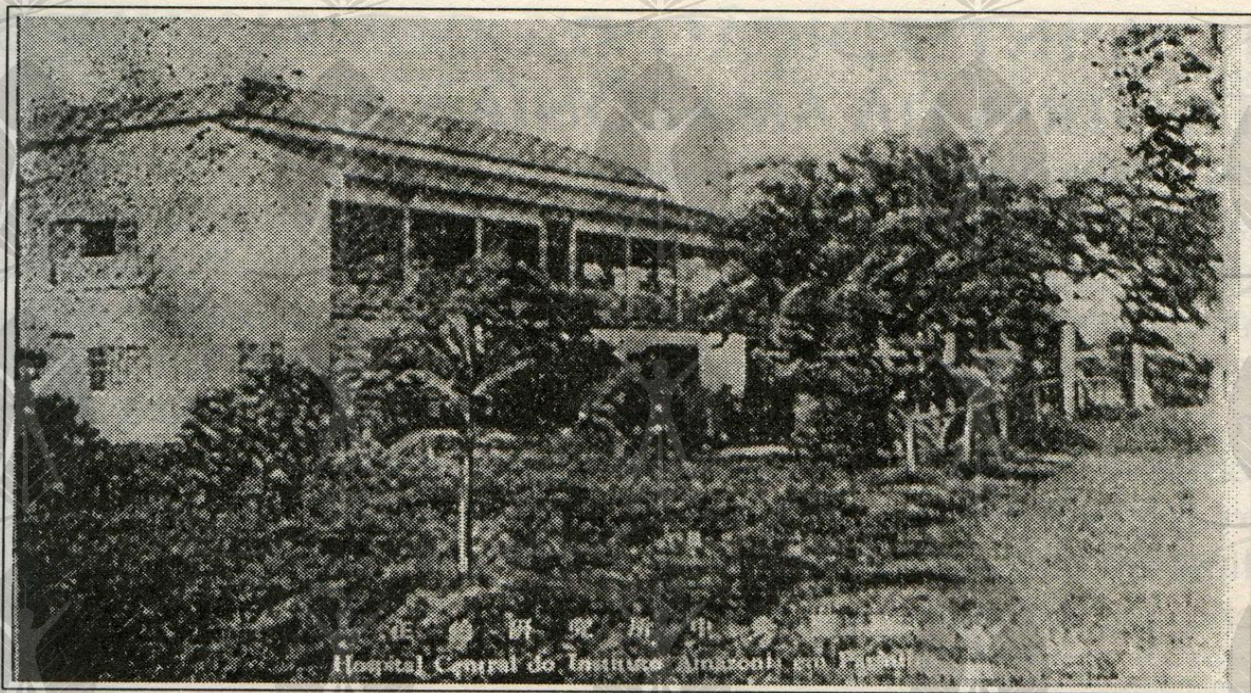
Os resultados despertaram o interesse do governo do Pará, a fim de possibilitar um fomento econômico no Estado a partir do conhecimento japonês. Uma colônia foi estabelecida em Breves e, para lá, foram Sakai Oti, como responsável, os irmãos Yoshito e Yoshio Ishihara e também Kinji Ikegami, estruturando um centro de pesquisa em 1938, que não atingiu as perspectivas desejadas em virtude da formação do solo, - um terreno sem húmus característico das várzeas. As marés também prejudicavam o plantio: as mudas chegavam a crescer 1,5m e as menores eram arrastadas pelas águas. A malária trazia transtornos e receios. Em 1940, o empreendimento foi transferido para Santarém. Ikegami ficou responsável pelo centro e Oti passou a ser gerente da filial em Manaus. Em 41, durante a guerra, o centro foi fechado.

O sucesso da juta tomou conta do Brasil. O Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, noticiou a boa nova, o dispêndio anual de 10 milhões de ienes para alcançar uma meta arrojada. A agência Domei, do Japão, enviou

mercado, com eficiência e bons resultados.

A necessidade de transformar o Instituto em empresa levou Uyetsuka ao Ministro da Fazenda do Japão, Takahashi. Uyetsuka evidenciou ao Ministro as vantagens de investir no projeto, - um negócio vantajoso para o Brasil e para o Japão.

Através de contatos com as principais empresas - Mitsui, Mitsubishi, Sumimoto, Yassuda, Tooemen -, foi reunido um capital de 1.000.000 ienes. Fasako cita também Seinosuke Goo, homem influente no meio financeiro, que viabilizou o



*Hospital Central da Villa Amazônia*

matéria para os jornais japoneses, destacando que a Associação Comercial calculava uma economia de cerca de 10 milhões de ienes na importação da juta.

Em 1940, o presidente Vargas veio ao Norte do Brasil e visitou a Vila Amazônia, ouvindo de Uyetsuka explicações sobre o cultivo da juta. Mais tarde, Tsuji esteve no Rio e conseguiu do Ministro da Fazenda a aprovação de uma lei que estabeleceu a classificação dos tipos de juta.

A produção crescia ano após ano. Em 1941, Tsuji planejava uma outra firma em Itacoatiara, quando soube que as forças japonesas tinham atacado Pearl Harbour.

Tsuji, ao chegar à Vila Amazônia, encontrou os colonos entusiasmados com a vitória japonesa, mas, para decepção deles, afirmou que, com a guerra a Companhia iria acabar. A guerra iria terminar com a derrota do Japão. A orientação era passar o máximo de bens da Companhia para particulares, reduzindo os prejuízos. Uma boa maioria concordou com Tsuji; outros endureceram. Tsuji disse que sua presença prejudicaria a Companhia e se retirou para Santarém.

No final de janeiro de 1942, o Brasil cortava relações diplomáticas com o Japão e todos os privilégios e bens japoneses eram confiscados. A Companhia Industrial da Amazônia deixava de existir. Os nove membros da diretoria que ficaram, foram presos.

## XII - A INTERDIÇÃO DA COMPANHIA DA INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA S.A.

O ataque alemão a navios brasileiros não convenceu os kotukasseis. Dizem algumas fontes que tudo não passou de estratégia dos Estados Unidos para fazer com que o Brasil entrasse na guerra. Segundo eles, a Alemanha não teria recursos para vir a tão longe para provocar o Brasil.

Com a guerra, as relações diplomáticas estavam estremecidas. O corpo diplomático foi retirado do Brasil, as empresas japonesas foram interditas, todo capital interdito, incluindo a conta bancária pessoal dos imigrantes. O clima era de tensão: a guerra mexia com os ânimos da população. Tsuji sugeriu que fossem para o interior, fugissem de uma detenção iminente.



*Condução da juta para a maceração. ( Acervo Admar Thury)*

O próprio Tsuji foi para a Ilha Iitsuqi. Infelizmente, para muitos, não tardaram a chegar autoridades de Manaus e muitos foram presos e levados para Tomé-Açu.

No início de 1945, o navio de Dom Pedro II ancorou em Parintins para transportar mais de uma centena de japoneses para Tomé-Açu.

Cinquenta anos depois da guerra, em entrevista a Orlando Farias, do Jornal do Brasil, Zennoshin Shoji, de 83 anos, um dos 248 engenheiros agrônomos enviados ao Brasil, diz que "tudo aquilo foi pressão de americano para tentar tirar japonês da Amazônia"(J.B. 15/05/95)

Os japoneses eram acusados de serem "espiões amarelos" e responsáveis por um plano de dominação militar da Amazônia, coisa que o professor Antônio Saunier, historiador dessa imigração, assegura não passar de "invencionices".

Segundo Tonzinho, muitos habitantes de Parintins se tinham tornado compradores e sócios dos japoneses e os ajudaram a fugir. "Por esse motivo até hoje há japoneses habitando cabeceiras dos rios no Amazonas", conta o professor.

Entre os presos, estavam Sakao Oti, Massahisa Takamura, Toshio Tsukumo, Yoshiro Miyake, Koomei Kishida, Minoru Hatanaka, Miyojiro Anda. A Companhia Industrial foi vendida depois da Guerra por 700 contos de réis para a firma J.G. de Araújo, sem nem mesmo os colonos terem sido consultados. Quanto ao capital que empregaram, foi devolvido dois anos mais tarde e com descontos de 30 por cento, devido à inflação.

As sementes de juta, depois da Segunda Guerra, foram distribuídas para os moradores da região e utilizada a mão-de-obra cabocla. O ano de 1965 foi o de maior produção da fibra, com 61 mil toneladas. Nessa época, havia cerca de 75 famílias, incluindo as da Colônia de Maués que, originalmente, faziam o plantio do guaraná e que se estavam dedicando também ao cultivo da juta.

Nos anos de 1972 a 1975, houve grandes prejuízos para os plantadores de juta. As fibras sintéticas revolucionaram o segmento, a preços mais baixos e com maior resistência.

O fausto da juta havia chegado ao fim. Muitos, desiludidos, dirigiram-se a Belém do Pará, para buscar outra forma de cultivo: a pimenta-do-reino. Outros decidiram criar gado ou optar por atividades ligadas ao comércio.

## XII - O PÓS-GUERRA E A IMIGRAÇÃO

A imigração pós-guerra realizou-se sob as intempéries naturais da cheia dos rios, que intimidavam as ações de colonos e nativos da região. Lutando tenazmente, com sacrifícios, Tsuji conseguiu trazer, ainda, 700 famílias para a Amazônia. Em maio de 1951, quando Getúlio Vargas veio novamente ao Norte, Tsuji, com apoio de Elias Pinto, do PTB conseguiu convencer o Presidente da necessidade de imigrantes na região. Getúlio concedeu autorização para 5000 famílias japonesas virem para a Amazônia.

As novas condições sociais e econômicas eram outras: havia empresas estabelecidas, que comercializavam diretamente com os compradores. Nesse contexto, os kotakusseis serviam como ponto de ligação na cadeia de mercado, que não os favorecia efetivamente.

Dominando técnicas agrícolas e cultivo do solo, muitos perceberam que as terras destinadas para as famílias não eram viáveis economicamente. Outra opção foi ir para o Sul do País, onde teriam mais chances para viver no Brasil.

Para os imigrantes, não havia apenas os sonhos de integrar um programa de colonização. Pensavam também no futuro de suas famílias, nos filhos que necessitavam de escola em centros populacionais com estruturas para seus projetos de vida.

Investir na nova geração passou a ser o fundamento a orientar suas ações. Os mais idosos entenderam que a conquista da Região deveria ser continuada por seus descendentes. Os ideais de Tsuji eram bons, mas a época não lhes era propícia e sua empresa de imigração acabou falindo. Assim, os imigrantes passaram a procurar os centros urbanos, deixando gradualmente o cultivo da juta no interior. Sentiam que os sacrifícios eram necessários, mas era fundamental constituir novas formas de sobrevivência. Para os colonos, o trabalho realizado no interior exigia um esforço considerável. O serviço dos kotakusseis, segundo eles, era braçal. Em seus depoimentos, enfatizam que, por isso, muitas pessoas os consideram antiquados e muito orgulhosos. Retrucam afirmando que é preciso ter conhecimento acerca de sua história, para entender essa forma de proceder, uma vez que chegaram a fazer serviços de toda sorte, humilhantes e nobres, ensinando, cientificamente, técnicas de plantio e colheita, sempre querendo um futuro melhor para os filhos que, graças a isso se destacaram

em diversas áreas na sociedade.

Investir na educação fazia parte de uma filosofia de vida. Houve, desde a criação da Escola Superior de Imigração, um direcionamento fundamental para o projeto. Os kotakusseis eram preparados para serem líderes, pessoas capazes de colonizar a região, com base no cooperativismo.

Ao contrário de outros imigrantes, os que vinham para a Amazônia recebiam os fundamentos de língua portuguesa, música, política, economia e outras disciplinas, que favoreceram o conhecimento da região.

Os kotakusseis passavam a ter uma visão mais ampla da própria América e das experiências de colonização realizada no continente. Eles lembram que um dos assuntos versava sobre a história da imigração de protestantes ingleses, que, procurando novos horizontes, em meio às guerras de cunho religioso, fundaram uma grande nação.

Esses protestantes ingleses serviam como paradigma e inspiração para a odisséia na Amazônia e em outras regiões, que se apresentavam como desafio. Com os sonhos e o trabalho, eram desbravadores e exploradores, transformando a terra com suas mãos.

Além do mais, eram também soldados da paz, - comentam - educados para uma causa importante, não sentiam tristeza da despedida. Eram recebidos pelo imperador, aclamados por seus patrícios, recepcionados pelo Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores.

Sobre a guerra, não querem a pecha de inimigos do país. Aguardam, ao menos, desculpas pelos transtornos que sofreram, explica o presidente da Associação Nipo-Brasileira de Parintins, Tadashi Inomata. Para Tamon Oyama, 74 anos, filho de Ryota Oyama, seu pai, por tudo que fez, é um herói e jamais, um vilão.

Fazer da Amazônia uma região próspera, auto-suficiente na produção de alimentos básicos para o consumo próprio era um dos principais objetivos dos "kotakusseis" e outras pessoas relacionadas a eles. Assim, movidos por esse sonho, deslocaram-se de tão longe para esta região de extensa e densa mata, cheia de perigos e desconhecida, para fazer o desbravamento e tornar realidade seus objetivos. Hoje, muitas décadas passaram e, com muita saudade e tristeza, recordam seus companheiros de luta, que não resistiram à longa caminhada.

Para os "kotakusseis, foi um grande desafio implantar a agricultura num lugar tão inóspito, cheio de obstáculos, portando somente um terçado e um machado. "Éramos apenas estudantes recém-formados, sem exploração, penetrando mata adentro para tentar implantar aquele projeto".

Refletindo sobre os ensinamento de Uyetsuka, os japoneses que vieram para a Amazônia seriam a base fundamental para os colonos em geral, contrariando as idéias dos imigrantes mais antigos. Kenji Kawakami diz que os kotakusseis vieram para o Brasil para ficar e enfrentarem o desafio da floresta, do clima, os sofrimentos, as doenças, a solidão do mundo civilizado, conseguindo superar os caminhos desoladores, abrindo um novo horizonte para os imigrantes que vinham à Amazônia.

Esses horizontes não feneceram, mesmo com a guerra, porque, os japoneses, que estavam em condição econômica desfavorável, através dos esforços de Uyetsuka e Tsuji, conseguiram que o presidente Vargas autorizasse a imigração de 5000 famílias para a região, que começaram a chegar a partir de 1951.

## XIV - CINQUENTA ANOS DEPOIS

O tempo passa inexoravelmente e sedimenta a história de um povo. Cinquenta anos depois, em 1981, a imigração japonesa para a Amazônia teve, em Parintins, um momento de encontro e lembranças. A Ilha Tupinambarana recebeu, na verdade, seus filhos, que retornavam para uma homenagem, que o exílio, a guerra, as adversidades haviam separado. Kenji Kawakami, coordenador da programação que durou quatro dias, lembra que, quando os kotakusseis chegaram ao Brasil eram jovens, com cerca de vinte anos de idade. Comemorar os cinquenta anos de imigração era um justo reconhecimento e homenagem: a maioria dos imigrantes estavam com idade avançada e a história devia-lhes o respeito necessário, um reconhecimento, que não se poderia adiar mais.

A comemoração desse cinquentenário mobilizou imigrantes e representantes do governo japonês em torno do reconhecimento dessa luta heróica, travada pelos kotakusseis, - amazônidas valentes, que encontraram na Amazônia razões para viver, construir família e desenvolvê-la, de forma científica e técnica, sem a espoliação selvagem de um extrativismo genocida e inseqüente.

Para esse cinquentenário, explica Kenji Kawakami, vieram oito convidados do Japão, representantes ministeriais, quarenta pessoas que viajaram de Belém no dia 17 de outubro de 1980, de avião até Santarém, de onde, em embarcações do senhor Tsuji, chegaram a Parintins. Outros imigrantes



pioneiros, que viviam em Manaus e São Paulo, também para lá se dirigiram, participando de um encontro memorável. Kawami comenta que, no dia 19 de outubro, chegavam os representantes de cidades, estados e do Sr. Uyetsuka, que faleceu em 22 de outubro de 1979.

O tempo e a história repetem coincidências. O mesmo outubro, especialmente o dia 21, quando ocorreu a fundação da Vila Amazônia, marcava um resgate da memória da vida do povo japonês na região. Celebrar um cinquentenário traz à tona, necessariamente, as imagens de um tempo que passou, suas lutas, conquistas, amor, saudades, desilusões e esperanças que não se fizeram reais, ou que aconteceram na vida de cada um.

Um filme da partida de Yokohama, apresentação de brincantes do boi-bumbá, missa na Catedral de Nossa Senhora do Carmo, celebrada por outro imigrante, um apóstolo da fé, D. Arcangelo Cerqua, que deixou também sua pátria pela Amazônia, fizeram parte de uma programação, que continuou com a inauguração da Praça Dr. Tsukasa Uyetsuka, pelo prefeito Raimundo Reis, em nome dos parintinenses.

No cerimonial de inauguração, o prefeito de Parintins, um caboclo nascido no interior do Município, descerrou placa comemorativa dos cinquenta anos de imigração japonesa, coberta pela bandeira brasileira, como tributo de respeito, dignidade e reconhecimento a um povo amigo e irmão.

O povo japonês, representado pelo cônsul Hatsumassa Omori, continuou o ato solene, desfraldando a bandeira do Japão e inaugurando o busto do Dr. Tsukasa Uyetsuka, um homem cuja vida e sonhos ultrapassaram a Província de Kunomoto, onde nasceu, a Faculdade de Economia e Política da Universidade de Kobe, o parlamento japonês no exercício de mandatos de deputado federal e o cargo de Secretário do Ministério da Fazenda, Indústria e Comércio, para constiur-se num dos referenciais da história contemporânea da Amazônia.

Após a solenidade da praça, com homenagem a Uyetsuka, um encontro reuniu, no Cine Teatro da Paz, as autoridades, representantes do Ministérios da Educação e Negócios Estrangeiros, Consulado, Embaixada do Japão, kotakusseis, brasileiros, amazonenses, em torno das lembranças e fatos passados, - tema de discursos de duas nações hemisfericamente distanciadas e inevitavelmente próximas por laços de história, sangue, luta, sacrifícios, solidariedade, amor e desafios não encerrados.

Kawakami, em seu relato do cinquentenário, acrescenta que, no último dia dos eventos, foi feita uma excursão à propriedade do Sr. Mori, "que

até hoje mora no rio Uaicurapá".

## **XV - COLÔNIA DE BELA VISTA**

**A**pós a Segunda Guerra, em 1953, algumas famílias foram estabelecidas na Colônia Federal de Bela Vista, no Município de Manacapuru, com projeto de 300.000 hectares. Como meta inicial, coube a cada família o plantio de dois mil pés de seringueiras. Antes, porém, que produzissem os primeiros frutos, a vida tornou-se mais difícil, e a diminuição dos recursos financeiros ocasionou o abandono dos lotes por parte da grande maioria dos colonos.

Reduzidos a trinta famílias em 1979, os japoneses de Manacapuru realizavam a cultura do arroz, mandioca, hortaliças, além de outros produtos agrícolas regionais. Posteriormente, foi introduzido o plantio de pimenta-do-reino e a criação de aves.

Com a instalação da Zona Franca, abriram-se novas perspectivas de expansão das atividades hortigranjeiras em decorrência do considerável aumento de consumo pela população da cidade de Manaus.

## **XVI - COLÔNIA EFIGÊNIO SALES**

**E**m 1958, foi fundada a Colônia Efigênio Sales, que contava, em 1967, com 595 colonos, numa área cultivada de 3.009 hectares, onde estavam instalados 41 japoneses que, no ano de 1979, constituíam 50 famílias ali residentes.

À época de sua implantação, fornecia ao mercado de Manaus produtos como arroz, mandioca e hortaliças, especialmente o repolho, pepino, alface, melão, nabo, cenoura, entre outros produtos agrícolas inexistentes na região, além do desenvolvimento da avicultura.

## XVII - LEMBRANÇAS DE UM KOTAKUSSEI

**A**o viver em outro país, com características diferenciadas da vida que tinham, os kotakusseis acumularam experiências e lembranças, muitas delas nem sempre benfazejas. A tristeza, a morte, a doença, o suicídio, o abandono cruzaram seus passos. Uma carta do senhor Takamura Uyetsuka revela as dimensões dessas emoções, que transbordam em reflexões sedimentadas pelos anos em seu espírito.

O kotakusseí Takamura escrevia, em 1968, que estava a cada dia um pouco mais velho, após um ano sem executar atividade significativa por problemas de saúde. A velhice preocupava-o fundamentalmente, arrastando suas considerações sobre a vida e a morte. Lamentava o acidente com o navio Aurora, que vitimou várias pessoas.

A carta tem palavras de um homem que revolve o tempo em busca dos significados de uma existência, da vida que não tem tempo determinado para ninguém. Uns partem cedo; outros depois, sente Takamura.

Quando irá partir o último kotakusseí? - pergunta. Afirmar a Uyetsuka que a decisão de vir para a Amazônia continua viva em seu coração. É a mesma, apesar da idade, alertando que um dia todos irão partir deste mundo: "Muitos colegas nossos tiveram a infelicidade de deparar-se com situações que foram mais fortes que seu poder de resistência", sentencia. Takamura, em suas verdades, revela uma condição humana sem



*Belo jutal em terra firme, no Município de Parintins. (Acervo: Admar Thury)*

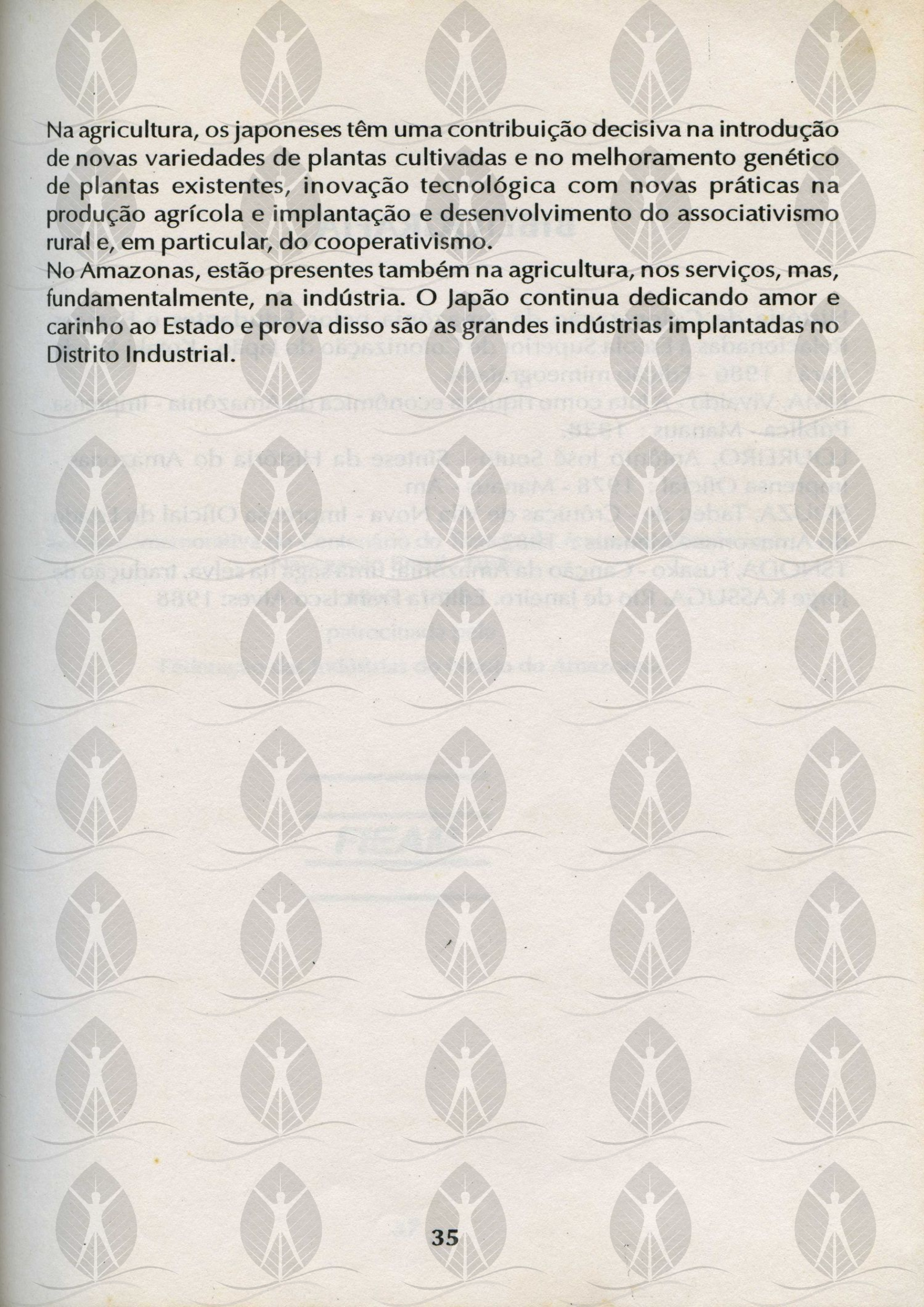
subterfúgios. Ele enumera nove suicídios e dez falecimentos por causas diversas, alguns por falta de medicamentos e cuidados médicos. Registra que a carência afetiva, que sentiam os imigrantes japoneses solteiros, foi responsável por casamentos com mulheres que não tinham a mesma educação ou perspectivas. Aconteceram pela condição em que viviam, conduzindo-os a uma vida comum e sem grandes projetos, vivendo em casas pobres à beira de rios, alheios à instrução dos filhos e à projetos de desenvolvimento regional.

A correspondência alonga-se em pensamentos voltados para as fatalidades. Takamura intui que, quem morreu subitamente, não teve tempo de pensar como pensa nas palavras escritas a Uyetsuka, mas os que planejaram um fim brusco, como o suicídio, "devem ter voltado na memória os tempos felizes de sua infância, de seu tempo de colégio e da ocasião em que tiveram que fazer a opção de vir a esta região".

Em suas conjeturas, Takamura condena a inércia, a acomodação de pioneiros, que desistiram de acreditar na colonização amazônica. Chamamos de alienados e de serem mais úteis se tivessem permanecido no Japão. Ao terminar sua carta, elogia a Uyetsuka que, aos 78 anos, continua ativo e desculpa-se por dar notícias tristes, mas pondera, aos 66 anos: "Prometemos dar o máximo de nós para alcançar o objetivo original de nosso empreendimento. Assim, fazer com que o senhor sinta orgulho por ter sido a pessoa que iniciou este projeto".

## XVIII - CONSEQÜÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

A história da nação japonesa e de sua cultura está sendo testada, avaliada e incorporada dentro de uma outra cultura, a brasileira, havendo indícios de que este processo aculturativo resultará na criação de novos valores e, nesse sentido, sua contribuição no setor agrícola marca a evidência dessa criatividade. O japonês participar do processo de miscigenação racial brasileiro. Muitos kotakusseis casaram com caboclas amazonenses e seus descendentes ampliam a riqueza racial do Brasil. A cultura japonesa contribui para a diversidade de valores culturais brasileiros.



Na agricultura, os japoneses têm uma contribuição decisiva na introdução de novas variedades de plantas cultivadas e no melhoramento genético de plantas existentes, inovação tecnológica com novas práticas na produção agrícola e implantação e desenvolvimento do associativismo rural e, em particular, do cooperativismo.

No Amazonas, estão presentes também na agricultura, nos serviços, mas, fundamentalmente, na indústria. O Japão continua dedicando amor e carinho ao Estado e prova disso são as grandes indústrias implantadas no Distrito Industrial.

## BIBLIOGRAFIA

História de Colonização da Amazônia pelos Estudantes e Pessoas Relacionadas à Escola Superior de Colonização do Japão - Kotaki-Kai do Pará : 1986 - Edição mimeografada.

LIMA, Vivaldo - A Juta como riqueza econômica da Amazônia - Imprensa Pública - Manaus : 1938.

LOUREIRO, Antônio José Souto - Síntese da História do Amazonas - Imprensa Oficial : 1978 - Manaus - Am.

SOUZA, Tadeu de - Crônicas de Vila Nova - Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - Manaus : 1982

TSNODA, Fusako - Canção da Amazônia: uma saga na selva, tradução de Jorge KASSUGA. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves: 1988

Edição comemorativa do Centenário do Tratado da Amizade, Comércio e  
Navegação Brasil - Japão,

1895 - 1995,

patrocinada pela

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

---

---

**FIEAM**

---

---





**CENTENÁRIO  
DE  
AMIZADE  
JAPÃO-BRASIL**





## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA